

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

ERICA LUANA DE LARA VAZ

DESAFIO DE ENSINAR FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO

CURITIBA

2015

ERICA LUANA DE LARA VAZ

DESAFIO DE ENSINAR FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Paraná para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio.

Orientador: Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro.

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ERICA LUANA DE LARA VAZ

DESAFIO DE ENSINAR FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de especialista no curso de Especialização em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio, pela seguinte banca examinadora:

Professor:

Professor:

Curitiba, 22 de janeiro de 2016.

RESUMO

A educação é um conjunto de ações que diferencia a humanidade: o ser humano transcende seu status animal, ele vai além de seus instintos: compreende, reelabora, reflete, cria e recria, critica, aprende, ensina. A escola como espaço privilegiado para que o aprender aconteça no cotidiano se depara com o inesperado e cria a cada dia possibilidades para conservar e construir conhecimentos. É dentro desta característica pluridimensional do ser humano para se justificar a importância de ensinar a filosofar dentro do ambiente da educação. A filosofia atua significativamente no desenvolvimento cognitivo dos educandos, amplia as possibilidades de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento. Por meio destes pensamentos que se desenvolveu este estudo, em primeiro lugar se fez uma coletânea em artigos, jornais, livros sobre a importância do ensino da filosofia no ensino médio. Posteriormente foi realizada uma análise do material coletado. Para melhor expor da análise realizada o estudo foi dividido nas seguintes etapas: a história da educação da brasileira através de um breve retrospecto histórico e a inserção da filosofia como disciplina nas grades curriculares da escola. Outro tópico foi exatamente sobre a disciplina de filosofia com a sua especificidade perante as outras disciplinas o que precisou desenvolver um tópico em especial sobre a figura do professor ao lecionar e ensinar filosofia. Ao término deste estudo notou que a educação está em constante desenvolvimento. Sendo assim, com a inserção da disciplina de filosofia na grade curricular, se percebeu a necessidade de entender os aspectos da diversidade cultural dentro do ambiente escolar e a importância da formação específica do professor para desenvolver o pensamento filosófico do aluno.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Pensamento filosófico. Filosofia.

ABSTRACT

The education is a set of actions that differentiates the humanity: the human transcends his animal status, he goes beyond his instincts: he understands, reworks, reflects, creates and recreates, criticizes, learns and teaches. The school, as a privileged place where the learning happens in the everyday life, is confronted with the unexpected and creates possibilities to preserve and to build new knowledge. Inside this human's characteristic multidimensional that justifies how is important to teach philosophize inside the education ambient. The philosophy operates significantly in the student's cognitive development, enlarges their possibilities of comprehensions of the world and collaborates in the better understanding. This study was developed through these thinking, at first was made a selection with articles, papers and books about the importance of teach philosophy in the high school. After that, it was made an analysis about the collected material. To make a better demonstration about this analysis, the study was shared in these following steps: the history of Brazilian's education by a short historical approach and the insertion of philosophy like a discipline in the school curricula. Another topic was exactly about the philosophy with it specificity front another disciplines which did necessarily the development of a specific topic about the teacher's image when he teaches philosophy. At the end of this study, it is checked that the education is constantly developing. This way with insertion of philosophy like a discipline in the school curricula it was realized the necessity of understanding the aspects of cultural diversity inside school ambient and the importance of teacher's specific training to development the student's philosophical thinking.

Keywords: Cultural diversity. Philosophical thought. Philosophy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 O ENSINO DA FILOSOFIA.....	11
2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	11
2.1.1 Filosofia como disciplina.....	15
2.2 ENSINO DE FILOSOFIA.....	18
2.2.1 As práticas pedagógicas e metodologia no ensino de filosofia.....	22
2.3 O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO NO ENSINO DA FILOSOFIA.....	25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A escola é espaço privilegiado para que o aprender aconteça no cotidiano, os alunos têm chegado às escolas portando informações e saberes que por vezes, não são aproveitados pelos professores. Aprendizagem ocorre em diferentes espaços, portanto o aprender não se fecha em si mesmo, mas faz parte de uma escola dinâmica e em constante relação com a comunidade. Já a escola se depara com o inesperado e cria a cada dia possibilidades para conservar e construir conhecimentos.

A educação é um conjunto de ações que diferencia a humanidade no qual o ser humano transcende seu status animal e vai além de seus instintos: compreende, reelabora, reflete, cria e recria, critica, aprende e ensina. Ultrapassa os limites das necessidades básicas essenciais à sua sobrevivência e se coloca na utilização do sentido o que o torna humano.

A reflexão sobre o que é diferente é o que o provoca a vivenciar situações ao longo de sua vida, pois é constituído de dimensões físicas, cognitivas, emocionais, sociais, éticas e estéticas. É dentro desta característica pluridimensional do ser humano para se justificar a importância de ensinar a filosofar dentro do ambiente educacional, e que sua ausência acredita-se que deixaria de acontecer o desenvolvimento integral da pessoa.

A filosofia atua significativamente no desenvolvimento cognitivo dos educandos, amplia as possibilidades de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como matemática, línguas, história e geografia.

A esta altura é importante destacar a dimensão que filosofar promove no indivíduo, o seu poder expressivo de representar ideias através de linguagens particulares, como a literatura, a dança, a música, o teatro, a arquitetura, a fotografia, o desenho, a pintura, entre outras formas. Estas linguagens criadas para expressar a realidade percebida, sentida ou imaginada.

Quando o ensino é transmitido no ambiente escolar o grande triunfo na transferência do conhecimento é utilizar da filosofia como coadjuvante de grande valia, que auxiliará de forma surpreendente na identificação dos elementos que compõe a sociedade e compreende-la.

Dentro dessa condição o educador passa a ser uma figura fundamental nesse processo. Mas, se acredita que para se obter bons resultados, ele precisa ter uma graduação específica para conseguir identificar e dar mais atenção às aptidões contextualizadas e à construção dos significados do conhecimento. Também estar de posse de prática ou procedimentos metodológicos que venham atender às necessidades de todos para observar a diversidade de experiências e estilos dos alunos. Ao se transportar esses pensamentos para o interior da sala de aula o professor, devido sua proximidade com o aluno deve oferecer recursos pedagógicos, que venham possibilitar a percorrer dos seus caminhos fora do ambiente escolar e por toda a sua vida.

Outro ponto de destaque é que na Escola, se encontra um ambiente repleto de diversidade cultural. E por acreditar que ela que dá sentido e orienta a existência do ser humano, enquanto sujeito social, portador de identidade que é construída no decorrer da sua vida e também o faz observar o semelhante através da sua cultura. Quando se fala em diversidade cultural, pode se assim dizer que são as diferenças existentes entre os seres humanos que se manifestam na linguagem, vestimenta, alimentação, tradições e manifestações biológicas. É assim, desta maneira se formam as sociedades conforme as concepções de moral e religião de um grupo ou comunidade e de como interagem no ambiente que o rodeia.

São estas diferenças que estão presentes dentro do ambiente escolar e que leva a preocupação de como trabalhar com estas diferenças dentro de sala de aula, pois toda a turma tem uma formação heterogênea, com ritmos diferentes de aprendizagem e com uma variação de realidade social e cultural.

Transportando então estes conceitos expostos para o ensino da filosofia alguns pontos se devem levar em conta, como o fato de que filosofar é ensinar o educando a desenvolver uma forma de analisar a sua realidade, trazendo suas potencialidades de “dentro para fora”.

Mediante estes pensamentos é que se desenvolveu este estudo, cujo objetivo não é puramente desmistificar o ensino de filosofia para os alunos em especial ao do ensino médio, mas sim trazer alguns subsídios aos professores da disciplina de filosofia na sua prática pedagógica.

Este estudo partiu da coletânea de artigos e de livros que tratam da disciplina de filosofia, primeiramente se buscou analisar o histórico da educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas até as grandes mudanças que ocorreram com

a Constituição Federal de 1988. Com a sua promulgação o sistema educacional obteve um progresso enorme, com destaque a obrigatoriedade na oferta de ensino fundamental e a inserção de determinadas disciplinas na grade curricular do ensino médio, dentre as quais se destaca a disciplina de Filosofia.

Já no ponto seguinte deste estudo se analisou algumas características do ensino de filosofia, na qual se observou a sua especificidade que a diferencia das demais disciplinas da grade curricular do ensino médio. Dentre as quais se destaca que não possui uma grade de conteúdos a serem vencidos, pois sua intenção é desenvolver no aluno o pensar filosófico, de modo que possa entender a realidade de determinados fatos e compreendê-los desde a sua origem. Portanto, ao desenvolver o potencial de análise o aluno se tornar crítico e participativo dos eventos que ocorrem na sociedade.

Para finalizar o estudo se deu um enfoque sobre as dificuldades que o professor encontra ao lecionar nos dias de hoje como o desinteresse, a indisciplina e a evasão escolar. Outro ponto foi à necessidade de uma graduação específica na disciplina de filosofia, como já dito anteriormente, por apresentar uma especificidade que a diferencia das demais disciplinas, essa se torna uma condição básica para desenvolver ou despertar no aluno o pensamento filosófico.

Ao final deste estudo pode se perceber alguns pontos, primeiro a educação está em constante reformulação, e as mudanças são mais intensas conforme os grandes acontecimentos históricos acontecem. Já quando se refere à disciplina de filosofia, se nota que ela faz parte do cotidiano escolar e que apresenta uma característica peculiar que é o enfoque dos acontecimentos que ocorrem na sociedade e que leva o indivíduo, neste caso o aluno a compreender a si mesmo e sua relação com os outros integrantes da sociedade. E por fim levar a desenvolver sua opinião crítica e sua participação de acontecimentos que ocorrem na sociedade, por meio do pensar filosófico. Mas para que se tenha um bom aproveitamento do ensino de filosofia é necessário que o professor apresente uma formação específica em filosofia para que venha contribuir na formação no aluno, por meio do pensar filosófico de maneira que compreenda seu papel na sociedade e sua inserção nela.

2 O ENSINO DE FILOSOFIA

Antes de se fazer um aprofundamento maior sobre a importância do ensino da disciplina de filosofia para o Ensino Médio é necessário, a fim de possibilitar uma boa compreensão, se fazer um retrocesso histórico do processo educacional brasileiro e posteriormente a inserção da disciplina de filosofia no currículo escolar.

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao se buscar a primeira referência da educação no Brasil os livros e referenciais históricos mostram a presença dos jesuítas, logo após o descobrimento do Brasil é a primeira citação no que se observa ao se falar em educação nas terras brasileiras. Esses religiosos provenientes de Portugal tinham como objetivo catequisar os indígenas, a fim de manter os mesmos sobre seu domínio e catequizá-los. Mas, não se pode negar que os jesuítas trouxeram para cá uma educação com costumes lusitanos e também com características lusitanas. O que sem dúvida colidiu com a realidade do povo indígena, que estavam acostumados à liberdade e a busca por alimentos para a sua sobrevivência. Como forma de proteger os índios contra os colonizadores e desbravadores, os religiosos criaram as missões onde eram catequizados e orientados ao trabalho agrícola. O reforço desta realidade da educação jesuítica está nas palavras de CARTOLANO (1985, p. 20) que afirma: “A formação humana era erudita e católica. De maneira que a cultura, a educação e a própria filosofia estavam intrínsecas na história do catolicismo”. Essa forma educacional persistiu por mais de duzentos anos, até que os religiosos fossem expulsos pelo Marques de Pombal, visto que esse sistema não era mais interessante para a realidade brasileira da época, pois os indígenas já estavam dominados pelos colonizadores.

Se pode então dizer que com a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional brasileiro, que até ali sempre esteve sob o modelo jesuítico, sofre um grande abalo em sua estrutura, eles não só inseriram a religiosidades, a moral e os bons costumes, como também trouxeram as primeiras noções pedagógicas através dos métodos pedagógicos.

O período que segue com a chegada da família real nas terras brasileira após a expulsão dos jesuítas, no aspecto educacional, alguns livros citam que pouco

se acrescentou ou trouxe efeito. Tentaram implantar um sistema educacional por meio de academias militares, escolas de Direito e medicina, mas a educação em si não mereceu uma importância devida, e passando então por um período de latência.

Anos seguintes, mesmo com a educação baseada nos princípios jesuíticos após a expulsão deles ocorreu a unificação do método de ensino. Com ênfase na concentração e na atenção silenciosa, o processo de ensino no qual, tinha como base a memorização, baseada na repetência de conteúdos como forma de ensino. Claro que não se pode deixar de observar que desde as primeiras noções de alfabetização feita pelos jesuítas e mesmo após a sua expulsão, também mesmo com a permanência da família real, os conteúdos eram impostos aos alunos. Eles acreditavam que essa imposição era uma forma de educar, mas o aluno não participava ativamente do processo educacional. E assim permanece o sistema educacional brasileiro por um longo tempo.

Adiantando-se no tempo, mais especificamente nos últimos anos do Estado Novo no ano de 1942, período que se refere ao regime estabelecido na Constituição de 1937, o sistema educacional brasileiro recebe uma atenção especial, por meio de uma série de decretos leis chamadas de Leis Orgânicas de Ensino. Mas, com a promulgação das primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação grandes mudanças no sistema educacional brasileiro aconteceram. A educação classista estava voltada para a preparação de lideranças, com um ensino valorizando a pátria, onde os estudos estavam voltados à compreensão e as necessidades da nação. Foi um período cheio de controvérsias, por isso pouco durou.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e também a lei n. 5.692 de 1971 promoveu novamente transformações no cenário educacional brasileiro, onde o ensino era baseado em períodos. A educação tinha a característica de qualificação profissional, cujo objetivo não era a aquisição de conhecimento, e sim o crescimento econômico. A intenção era que o país se destaque no cenário internacional e destacando-se na economia e com isso acreditavam que ganhariam grande destaque no cenário internacional. O reforço desta ideia foi com promulgação da lei 5.692/71, a educação passa a ter características profissionalizantes.

Como se podem notar as mudanças da educação que ocorreram está relacionado diretamente com um acontecimento marcante na história brasileira. Com a queda da governança de militares no Brasil, na década de 80, muitas mudanças ocorreram no cenário político brasileiro e atingiu significativamente o

conceito de educação e suas responsabilidades. Foi com a Constituição de 1988, que surgiu com a Nova República e nos quais muitos acreditam que foi provocada com o movimento das “diretas já”, com grande mobilização do povo brasileiro contra a opressão política do governo militar. Promulgada após amplo movimento pela redemocratização do país, ocasionou várias alterações e inovações em todos os setores, na educação resultaram na universalização do ensino fundamental e na busca da erradicação do analfabetismo no cenário brasileiro.

O reforço desta condição está no artigo 205, onde afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

A educação passou a ser lei, e diz que é direito de todo cidadão e dever do estado e da família. Completando o processo de transição provocada pela Constituição Federal, a nova Lei de Diretrizes e Bases (1996) redirecionou as formas de organização e gestão.

Com isso a educação que antes não era de responsabilidade do governo, passa a serem nas séries iniciais e finais, ou seja, para melhor compreensão, os alunos de primeira até a oitava série passam a se mantidos com recursos do governo. O poder municipal mantém as séries iniciais (1ª a 4ª séries) equivalem ao 2º ao 5º ano atuaise os governos estaduais as séries finais (5ª a 8ª séries) hoje o equivalente do 6º ao 9º ano. Já o ensino médio deixa de ser obrigatório, mas também é mantido pela esfera estadual. O governo federal por programa ou projetos auxilia na manutenção, tanto do ensino fundamental, como o ensino médio.

Outro destaque a ser feito com a Constituição de 1988 é que o poder de decisão dentro do ambiente escolar passa a ser mais democrático, onde deixa de existir a figura do diretor, dono do poder de decisão na escola, e surge a figura do gestor escolar. A sua função, como o nome diz passa a gerenciar os segmentos escolares (pais, funcionários, professores e alunos) com o compartilhamento das decisões a serem tomadas dentro do cotidiano escolar. O Conselho Escolar, que é composto pelos pais, funcionários, professores e alunos passam a ser soberano sobre as resoluções a serem tomadas no cotidiano escolar. De uma forma mais simples de se entender, o princípio da gestão democrática é feita por meio da decisão coletiva que envolve a participação da comunidade escolar, através dos

segmentos escolares. A escola passa a ser um espaço de livre articulação de ideias. Então a escola passa a ter um novo aspecto e na percepção de HORA (1994, p. 34) passa a ser:

A Escola como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder as demandas sociais.

Desse ponto de vista do autor, se pode dizer que a escola passa a ser também um ambiente de sociabilização, mas sem deixar de considerar as necessidades da sociedade em que está inserida, de forma que essa análise tenham objetivos pedagógicos e auxiliem a suprir as dificuldades sociais também. Assim, surge uma nova visão de escola, que garanta em seus espaços a participação, o compartilhamento e descentralização das decisões, mas também tenha objetivos que venham de encontro com a sociedade em que está inserida. Surge então a escola democrática, que ALONSO (1988, p. 11) explica desta maneira que:

Repensar a escola como um espaço democrático de troca e produção de conhecimento que é o grande desafio que os profissionais da educação, especificamente o Gestor Escolar, deverão enfrentar neste novo contexto educacional, pois o Gestor Escolar é o maior articulador deste processo e possui um papel fundamental na organização do processo de democratização escolar.

A gestão democrática dentro do ambiente escolar promove a produção de conhecimento, mas o mais interessante é que isso leva a troca de diversos saberes dentro do seu ambiente. Como já citado o gestor escolar passa a ser o articulador desse conhecimento e que é colocado em prática com o professor, por meio de suas ações pedagógicas. Desta maneira, com a democratização da educação no final da década de 90, a disciplina de filosofia, tema principal deste estudo passa a ser destaque no cenário escolar e conquista um espaço significativo com o retorno ao ambiente escolar. Passa a ser a disciplina de grande importância nesta nova escola democratizada. A legalidade está citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por meio da lei 9394/96 afirma que todo o estudante deve ter acesso ao conhecimento de filosofia, seus conceitos e definições, para o exercício da cidadania. Entende-se que cidadania é qualidade ou condição de cidadão, ou de

uma forma mais simplificada se pode dizer que: é a condição de pessoa na qual como membro de um Estado, lhe permite participar da vida política.

Voltando-se ao tema, ainda de acordo com as Orientações Curriculares Nacionais OCN's (2006, p. 15) a filosofia passa a ter então uma nova característica dentro do cenário educacional brasileiro:

A filosofia deve ser tratada como disciplina obrigatória no ensino médio, pois isso é a condição para que ela possa integrar com sucesso nos projetos transversais e, nesse nível de ensino, com as outras disciplinas, contribuir para o pleno desenvolvimento do educando (OCN's 2006).

Mediante este breve relato e retrocesso histórico e algumas colocações sobre os acontecimentos sobre a educação, se percebe que a disciplina de filosofia está em processo de consolidação no cenário educacional. Faz-se essa colocação, por que ao se fazer essa análise, se nota que a educação brasileira está em constante transformação, de maneira que se pode dizer que a disciplina de filosofia também acompanha essas mudanças e como ferramenta de aprendizagem busca compreensão sobre sua especificidade, que é a percepção da realidade e busca o dialogo meio da ética, que possibilita ao educando meios para problematizar e buscar respostas e soluções e novas indagações frente à realidade que o cerca.

2.1.1 Filosofia: como disciplina

Após se fazer uma análise histórica do desenvolvimento da educação no Brasil e suas mudanças, se faz necessário focar a filosofia, como disciplina, que sempre está com indagações no cotidiano da sociedade. O primeiro enfoque a ser feito é etimologicamente, onde se tem que a palavra filosofia é de origem grega. É composta pela junção de duas outras: philo e sophia. Philo deriva-se de philia, que significa amizade, amor fraterno, respeito entre os iguais. Sophia quer dizer sabedoria e dela vem à palavra sophos, sábio. De uma maneira mais simples se pode dizer que filosofia é amizade pela sabedoria, desejo pelo conhecimento é a pessoa que procura e respeita.

Pois bem, o que tem haver amor pela sabedoria, desejo pelo conhecimento. De que maneira se pode levar essa definição para dentro do ambiente escolar e principalmente como que o aluno pode ter essa visão sobre a filosofia? BRANGATTI (1993, p. 14) enfoca da seguinte maneira que se faz necessário fazer uma reflexão da realidade em que se está envolvido:

A filosofia não é uma simples abstração independente da vida. Ao contrário ela é a própria manifestação humana e sua mais alta expressão. Ela traduz o sentir, o pensar e agir do homem. Evidentemente, o homem não se alimenta da filosofia, mas sem dúvida nenhuma, com a ajuda da filosofia.

Entende-se que a filosofia tem por objetivo levar o indivíduo alienado e fora de sua vida e do que o rodeia, e o levar a se manifestar, a fim de que possa expressar o seu sentimento, sua forma de pensar e de que forma isso pode refletir na sua forma de agir frente à sociedade. Não se pode dizer que a filosofia tem a intenção de julgar os acontecimentos da realidade do indivíduo, e sim entender e compreender os mecanismos das situações que o levaram a ação. Complementa-se que para se compreender a ação resultante, não se deve fatiar a realidade, mas apreciar sua totalidade no contexto apresentado. A visão não pode ser feita por fragmentos, mas como um todo. Então, se acredita que a filosofia tem seu pensamento voltado para o crítico e o racional, na forma de ver a natureza do mundo em geral. É complexo ao se ler, mas o objetivo é exatamente esse que ao se notar a complexidade, se busque resposta simples para se entender o que gerou a ação ou o acontecimento.

Mas como levar essa situação para o ambiente escolar e de maneira que seja inserida nas grades curriculares das escolas, e de forma que seja desenvolvida pedagogicamente satisfatória nas escolas?

GALLO e KOHAN (2000) descrevem que hoje em dia que nas grades curriculares de várias escolas, o ensino de filosofia está subdividido em três formas de ensinar a filosofar:

- História da filosofia: entender a filosofia por meio de seu trajeto histórico;
- Conteúdos filosóficos: os conceitos de liberdade, verdade e justiça defendidas por grandes filósofos como: Platão, Sócrates e Descartes entre outros.
- Problemas filosóficos: como corpo, mente e existência de Deus.

Acredita-se que essa divisão citada por Gallo e Kohan (2000) busca dar um norteamento ao ensino da filosofia. Mas, uma observação deve ser feita é que não se aprende filosofia apenas por vencer os conteúdos citados e propostos pelos professores. A proposta feita acredita-se que é uma base de direcionamento ao professor, não que seja um protocolo a ser seguido, por que o objetivo da filosofia, como citado anteriormente é levar o aluno a entender determinados acontecimentos que o levem a desenvolver seu espírito crítico e compreender certos eventos.

Pois bem, como se pode ensinar filosofia aos jovens? As maiorias dos jovens estão com seus pensamentos voltados para uma realidade tecnológica. Muitos alunos acreditam que parar para pensar é uma grande perda de tempo ou ainda para que entender o que acontece ou aconteceu ao seu redor? O que isso vai melhorar no meu dia a dia? Isso realmente é um grande desafio para o professor, o que ensinar, para que e como ensinar?

Como dito anteriormente a filosofia busca entender os eventos da sociedade, por meio do qual a realidade natural e sua história não conseguem explicar determinadas situações. A sua intenção é fundamentar a origem, forma e os valores éticos. Enfim, o seu objetivo é analisar e refletir a relação dos seres humanos entre si, com o mundo e consigo mesmo. Para tanto, se pode afirmar que a filosofia é uma disciplina que não possui conteúdos fixos a serem seguidos, podem ser sugeridos, mas jamais impostos. A sua intenção é conduzir a uma reflexão crítica sobre os procedimentos científicos e sociais. Também como forma de diferenciação a ciência, evolui constantemente e muitos dos conceitos são provisórios. Já a filosofia busca exatamente a investigação, o propósito e as prioridades do acontecimento científico. Aqui se faz a observação que muitos utilizam o senso comum, que é maneira da maioria das pessoas pensar, sem nenhum fundo de comprovação, o que não é o ato de filosofar.

Outro ponto que dificulta a sua aprendizagem é que muito educadores, sem a formação específica tentam dividir os conteúdos para facilitar a sua prática pedagógica. Mas, GONTIJO E VALADÃO (2004, p. 292) afirmam e defendem que a divisão de conteúdos dentro da filosofia é polemica, pois o ensino de filosofia não tem um eixo orientador para a organização dos conteúdos. E que os assuntos ou conteúdos trabalhados na disciplina de filosofia seguem principalmente os eventos ou acontecimentos na sociedade. Acredita-se que essa forma ou ação pedagógica facilitará a motivação do aluno, pois a realidade ou a proximidade dos fatos ajudam na reflexão.

GALLO (2002, p. 202) reafirma com o seguinte pensamento:

Filosoficamente, o aprendizado da filosofia está além de qualquer método, que possa significar controle... O ensino da filosofia é uma aventura, pois se sabe quando e de onde saímos, mas não se sabe quando, aonde ou se chegaremos a algum lugar.

Mais uma vez, se destaca que o aprendizado de filosofia não segue cegamente uma forma de pensar e agir. É por meio da indução, a reflexão promovida pela filosofia como disciplina, que o homem se torna capaz de refletir suas ações, não se deixa influenciar pelo senso comum. O agir em diferentes situações tem que ser de forma crítica e reflexiva. Com a atitude filosófica levará a indagações, com o intuito de refletir o mundo que o rodeia. Essa reflexão auxilia o homem a superar determinadas situações, capaz de libertar de determinados conceitos e recriar novos que venham transformar o seu destino e por que não se dizer da sociedade.

O ensino da filosofia deve visar à reflexão e provocar a consciência para a importância da reflexão sobre si mesmo, enquanto pessoa e sua função social através da autocrítica para aprender a criticar. Também compreender o mundo social e natural e quais as mudanças que possam ocorrer no decorrer dos tempos. O ato de filosofar é a busca da verdade, do desafio da mudança e da transformação.

2.2 ENSINO DE FILOSOFIA

Como visto no capítulo anterior o sistema educacional brasileiro desde a chegada dos jesuítas e a catequização dos indígenas até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação sofreu uma série de transformações. Mas também, não se pode deixar de observar que o sistema educacional está em constante aperfeiçoamento, onde os centros das atenções são o aluno com objetivos bem claros de aperfeiçoar e melhorar a qualidade de ensino.

Outra situação que se deve levar em conta é que o processo de aprendizagem está diretamente correlacionado à realidade que o indivíduo está inserido. Pois, se acredita que a aprendizagem tem uma característica social e está relacionada com a relação do mesmo com o meio. Se ele está em ambiente rico em informações, isso facilitará sua compreensão no processo de ensino e aprendizagem. Mas o que se tem percebido que os objetivos da educação, que é de estimular o indivíduo à consciência de determinados valores que estão intrínsecos na sociedade, estão sendo deixado de lado. A sociedade está mais materialista do que nunca, onde o poder aquisitivo ou por que não se dizer o dinheiro tem se tornado o destaque da realidade atual. A busca pela conquista material tem levado os pais a trabalharem mais e mais, que resulta em filhos abandonados e como forma

de compensar a ausência tenta proporcionar uma vida material boa aos seus filhos. O resultado desta situação é que os filhos, com algumas exceções, se tornam revoltados por se sentirem abandonados e buscam outros caminhos como o uso de drogas, álcool, rebeldias que vão contra os valores da sociedade a qual faz parte. Essa situação reflete também diretamente no ambiente escolar, onde a indisciplina e a evasão escolar são o resultado desta triste soma de fatores negativos. Então, se tornam desinteressados a aprender ou como forma de atingir e punir os pais, não se dedica ao aprendizado. Também outra situação que se faz necessário destacar é que muitos alunos embora estejam comprometidos com a aprendizagem, muitos tem seu poder de expressão negado, não tem sua opinião própria resultado de uma aprendizagem opressora por parte de professor.

Portanto, como visto até este momento, se acredita que a escola é que contribui significativamente na relação do homem com os outros integrantes da sociedade e promove também a emancipação do indivíduo. Um fator importantíssimo que contribui para essa relação é a diversidade cultural, que apresentam facetas, pois não são somente as diferenças culturais, mas também as sociais que contribuirão para esse aprendizado. Cada indivíduo traz consigo uma herança cultural da sua comunidade e a convivência entre eles construirá uma nova identidade do grupo.

Antes de seguir em frente conforme a afirmação de Freire (1979, p. 31) entende-se que “Cultura, que do latim significa cultivar o solo, cuidar, existem outros termos e concepções, mas se referem às práticas e ações sociais, que seguem um determinado padrão”. Entende-se então, que quando se fala em cultura estão englobadas nelas as crenças, comportamentos, valores, regras morais que determinam a forma de convivência de uma sociedade ou grupo social.

A primeira transmissão da cultura ocorre no seio familiar, desde os primeiros anos de vida. Por ser na infância, um período em que a criança recebe vários estímulos no ambiente em que está inserido e é por isso que se acredita que durante esta fase é que ocorre a aquisição da formação de conceitos. Quando ouvem histórias narradas no convívio familiar às crianças desenvolvem a atenção, memória, concentração, memorização e a imaginação. Ferramentas essas que contribuem significativamente na aquisição de vocabulários. Então por meio deste pensamento é que a leitura não só a textual, mais também a narrativa que ocorre na infância, passa a ser um instrumento fundamental para emancipação e a conquista

da cidadania frente à sociedade. Pode-se dizer que dentro do caráter social é um instrumento que atua através da mobilização social tornando o ser humano mais humano, por que o faz mergulhar no ambiente descrito o levando a se humanizar e educar.

Como uma etapa de preparação do pensamento para a vida adulta, a infância deve receber estímulos, conforme sua idade cronológica. Portanto, se deve obedecer a fases de raciocínio, pois ela é cheia de conflitos, medos, dúvidas e contradições, por não conhecer a realidade. Fundamentada na seguinte frase: “A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela.” (FREIRE 1982, p. 54), isso é imprescindível no desenvolvimento do ser humano e principalmente frente a sua realidade social e nas atividades do cotidiano, tanto no convívio escolar quando no familiar, a soma da convivência familiar e escolar que transmitem valores morais e conhecimento.

Com o envolvimento, tanto da forma narrativa familiar nos primeiros anos de idade, como na fase escolar a criança imagina ser a personagem da história e se tornando parte de um mundo simbólico. Portanto, desenvolvendo assim, o seu potencial criativo e de seus horizontes, com uma visão do mundo e da realidade que o rodeia. Sendo assim, quanto mais o indivíduo lê sua própria realidade acredita-se que fortalecerá sua visão da realidade que o cerca.

Para uma educação transformadora e criativa, a escola deve oferecer propostas pedagógicas que respeitem a individualidade, pois cada um tem uma forma de aprender e compreender o conteúdo que lhe oferecido. Porém se deve observar que a individualidade de cada um, tem seu tempo e sua velocidade de aprendizagem, fatores que está diretamente relacionado com a inserção social e cultural de cada indivíduo.

Uma postura que deve ser levar muita a sério nas escolas é exatamente se somar as características de um grupo social ou de um povo, no caso deste estudo no que se refere à turma deve ser levada em conta no momento de reflexão dos segmentos escolares (professores, funcionários, pais e alunos) para se adotar uma prática pedagógica que venha de encontro com as necessidades e características do grupo. Essa atitude resultará uma postura crítica e reflexiva, a fim de que se possam entender as diferenças encontradas, tanto sociais quanto cultural.

Ao fazer o diagnóstico da diversidade cultural que a turma apresenta o professor, avalia quais os recursos e métodos serão utilizados com o aluno, a fim de amenizar as possíveis diferenças culturais existentes dentro da turma ou grupo de estudos. De acordo com os PCN's (2001), que orientam que a diversidade cultural deve ser trabalhada de maneira transversal em todas as disciplinas e que a prática pedagógica deve ser colocada de forma transdisciplinar, pois, a diversidade está nos alunos, em seus modos de ler, de falar, de aprender e de se relacionar. Quando se relaciona diversidade cultural e educação não é apenas para ensinar ao aluno a reconhecer o outro como diferente. Significa refletir a relação dele como o outro indivíduo, a escola como um espaço cultural tem esta possibilidade de demonstrar estas diferenças e que elas precisam ser respeitadas.

O homem vive em sociedade e depende de seus semelhantes para sobreviver. Não existe homem individual, pois todas as suas características são construídas na relação com outros homens e com o meio ambiente. Nessa relação, os homens aprendem com as experiências no contato com tudo que o cerca. Toda essa experiência é realizada no sentido de dominar a natureza, conhecendo, transformando, ou mesmo destruindo, para encontrar a maneira de sobreviver. Assim, ao conseguir o controle parcial da natureza, transformando-a conforme as necessidades humanas o próprio homem é modificado.

A cultura caracteriza uma comunidade e a diferencia das demais. É transmitida de geração em geração e demonstra aspectos locais de uma população. São também essas diferenças que estão presentes dentro do ambiente escolar e exigem novas discussões sobre como trabalhá-las dentro de sala de aula, pois cada turma tem uma formação heterogênea, com ritmos diferentes de aprendizagem e com uma variação de realidade social e cultural. A escola é um espaço sócio cultural no qual as diferenças devem ser respeitadas como um direito social e possibilitar a inclusão.

Quando se relaciona diversidade cultural e educação não é apenas para ensinar ao aluno a reconhecer o outro como diferente. O educador não pode ficar alheio, deve ter a capacidade de estimular o aluno a compreender e se posicionar diante de um mundo em constante transformação política, econômica e sociocultural. Paulo Freire (1998), no seu livro "Ação cultural para a liberdade", afirma que a educação é o mecanismo propulsor para os avanços humanos e que as práticas pedagógicas estabelecem maneiras diferentes de transmitir o

conhecimento. Utilizando-se também as palavras de FREIRE (1982) como referência, o qual afirma que “ninguém educa ninguém, e tampouco a si próprio”, se pode dizer que mediante esta posição, que o processo de ensino e aprendizagem está diretamente relacionado com o meio ou convívio social e por que não dizer também do ambiente familiar.

Desta maneira então não se pode deixar de observar que o indivíduo possui uma determinada forma de aprendizagem, cada qual constrói o seu conhecimento, e isso deve ser observado pelo professor. Após esse período de observação, ele deve voltar sua atenção para a metodologia ou forma como mediará a sua ação pedagógica principalmente dentro da realidade vivida pelo aluno. Então o processo educacional frente à realidade cultural e social do aluno, não deve visar o conhecimento imutável, pois o mundo está em constante modificação devido à realidade e contexto que está inserido. É preciso buscar uma aprendizagem que permita o aluno a buscar o conhecimento com liberdade e capaz de organizar as informações por meio de experiências vividas. Isso resultará em um indivíduo crítico de suas ações e capaz de assumir as responsabilidades das escolhas feitas e suas consequências. É o fim da rotina.

2.2.1 As práticas pedagógicas e a metodologia no ensino de Filosofia

Ao se transportar essas colocações feitas anteriormente para o ensino de filosofia, quando se fala em aprendizagem, isso se torna mais complexo. É importante ressaltar que a disciplina de filosofia está inserida na grade curricular, mas não possui uma lista de temas ou assuntos a serem discutidos. Isso também dificulta a sua aceitação por parte dos alunos, como uma disciplina não tem uma grade curricular?

A maioria dos alunos está acostumada à apresentação de conteúdo proposto pelo professor. Então, essa condição é grande diferencial, frente às demais disciplinas da grade curricular, mas então como se pode lecionar filosofia se não se tem a ideia do que ensinar?

Por isso, acredita-se que muitos professores tenham dificuldades ao desenvolver uma prática pedagógica eficaz dentro da sala de aula e que chame a atenção do aluno para aprender a filosofar. No mundo contemporâneo os

sereshumanos estão voltados a uma nova realidade, onde as tecnologias oferecidas reduzem a convivência do aluno com o professor, pois tudo se pode obter por meio da internet e ensinar torna-se uma atividade complexa. Ou ainda como em uma sociedade materialista, onde o dinheiro direciona a forma de viver do individuo refletem na forma como o vêem a sua realidade e como compreender determinados acontecimentos na sociedade. E ainda, então não se pode deixar de perguntar como ensinar o aluno a filosofar, se em uma mesma turma se encontra uma grande diversidade social e cultural? E porque os alunos não têm esse interesse?

Gallo (2002) faz a seguinte ressalva:

Ensinar filosofia é um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo; um exercício de acesso às questões fundamentais para a existência humana; um exercício de abertura ao risco de busca de criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício de pergunta e de desconfiança da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios dificilmente encontrará prazer e êxito nesta aventura que é ensinar filosofia, aprender filosofia (Gallo 2002, p. 199).

Percebe-se que ensinar não pode ser apenas a transferência de conteúdos, uma mera transmissão de determinados conceitos. Essa condição se torna mais difícil quando se trata de ensinar filosofia devido a sua particularidade, onde se busca o desenvolvimento do senso crítico e não a simples transferência de conteúdos. Isso se torna sem sombra de dúvidas um grande desafio ao professor, como levar o aluno a uma reflexão crítica e que venha a contribuir para o direcionamento frente às situações que a realidade apresenta. Atualmente o professor deparar-se também com a falta de interesse por parte dos alunos, indisciplina e o tabu sobre “pra que serve a filosofia e sua contribuição na minha vida”.

Para Gasparello (1986, p. 77) afirma que: “O ato de educar, orientar, nortear e trazer o de “dentro para fora” as potencialidades do individuo”. Como levar esse pensamento para ensinar o aluno a filosofar?

O objetivo de filosofar é que o jovem conceitue e tenha a oportunidade de fazer por si só a experiência do pensamento e não somente reproduzir o conceito já existente. Ao apresentar uma determinada situação, o professor deve planejar sua prática pedagógica que venha despertar no aluno o interesse de saber como determinadas ações aconteceram e por que aconteceram. Sendo assim, o aluno não pode ser considerado um mero receptor de conteúdos, mas sim, um sujeito capaz de construir a si mesmo, com o desenvolvimento de seus sentidos, capacidades e

inteligência. Caberá ao professor trabalhar pedagogicamente o saber filosófico levando a uma consciência crítica o que resultará em mudanças de atitudes e percebendo que faz parte de sua história. Mas essa descoberta deve ser de forma prazerosa para que o aluno sinta interesse em não pela resposta fácil, mais sim aprender a filosofar.

Como visto na sua etimologia a filosofia busca conhecer a realidade na qual o indivíduo está inserido. Mas essa reflexão sobre os problemas nem sempre é bem compreendida. Mas, o professor deve mostrar que os temas estão correlacionados com o ser humano, realidade e conhecimento, despertando a curiosidade do aluno referente ao tema proposto.

Gallo (2007, p. 22- 29) em seu texto “A filosofia e seu ensino, conceito e transversalidade”, cita que a filosofia apresenta um caráter conceitual, dialógico e crítico. Sobre o conceitual é um produto do pensamento, que precede conceitos e os recria. No dialógico é aquele momento em que dialoga com as demais áreas do conhecimento. Na fase crítica, ocorre uma reflexão radical com o aprofundamento das raízes do problema.

Como forma de nortear o ensino da filosofia, de uma maneira simplificada Gallo (2007) orienta que pode ser desta forma:

1. Etapa introdutória: é a fase da sensibilização, o tema é proposto e se faz a correlação com a vivência, também é a fase da motivação;
2. Problematização: é a oportunidade do diálogo, com o levantamento das questões. Também é o momento de debate entre os indivíduos. O professor passa a ser o mediador das opiniões.
3. Investigação: a figura do professor se destaca, pois nesse momento que ele apresenta outros autores com ideias semelhantes geralmente é inserido a história dos filósofos;
4. Conceituação: é a fase de recriação de conceitos para solucionar o problema.

É importante se ressaltar que estas etapas ou metodologia não são como uma receita, que se for seguida fielmente nos seus passos se obterá o resultado desejado. Como já se falou anteriormente a filosofia tem sua especificidade, que foge das características comuns de uma disciplina comum. Por essa condição o professor precisa estar consciente da sua condição de mediador do conhecimento. Ao oportunizar ao aluno o conteúdo ou assunto a ser discutido, ele precisa

primeiramente preparar o aluno através da sensibilização ao aproximar o tema para o cotidiano ou da realidade em que está inserido. Ao fazer essa correlação facilitará a busca por atenção do aluno, pois o assunto que antes parecia estar tão distante de sua realidade está próximo e faz parte de seu ambiente de convivência. Ao trazer o indivíduo para perto de sua realidade, ele observará que pode fazer parte de determinadas decisões e, portanto, faz a reflexão sobre o acontecido e busca alternativas para resolver ou entender o que ocorreu e em seguida dar sua opinião. Surge então o indivíduo ativo e crítico de sua realidade.

Então dentro das etapas citadas por Gallo (2007) se nota que a Filosofia é uma atividade reflexiva que se fundamenta na racionalidade, imaginação e na criatividade com a finalidade de através de um determinado problema busca diálogo com as demais áreas de conhecimento. Observa-se claramente que o ato de ensinar não é algo mecânico, somente de transmissão de conhecimento, mas, é algo profundo e dinâmico. A identidade cultural do aluno é essencial para uma prática pedagógica, para tanto a comunidade deve ter a sensibilidade aguçada para definir quais os métodos a se colocar em prática no seu ensinar, neste caso especificadamente ensinar a filosofar.

Ressalva-se a tempo que essa não é a única forma de se trabalhar com a disciplina de filosofia, tem o método tradicional, que é o de trabalhar determinados temas de forma textual, mas o importante é deixar a oportunidade do aluno manifestar sua opinião, ao se manter o espaço para discussão. Sendo assim, será dada a oportunidade do aluno expor seu ponto de vista.

2.3 O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO NO ENSINO DA FILOSOFIA

Com a obrigatoriedade da inclusão da filosofia na grade curricular do ensino médio um ponto que se faz necessário é fazer uma reflexão quando a formação dos professores. Como visto nos capítulos anteriores a Filosofia é uma disciplina que busca estimular o pensamento lógico e crítico do aluno, mas não pode ser considerada uma disciplina que possua uma grade de conteúdos fixa, com conteúdos delimitados e onde o “ensinar” não é somente transmitir conhecimento, mas sim estimular o conhecimento de si próprio e da realidade em que está inserido. Ela possui uma especificidade que a diferencia das demais disciplinas, para isso a formação do professor é essencial para se obter sucesso no processo de ensino e

aprendizagem e também na construção da identidade do indivíduo frente a sua sociedade.

Na educação contemporânea se observa que a revolução tecnológica, onde o uso da internet, o surgimento de aplicativos e de uma gama de redes sociais mudou sensivelmente o perfil do aluno que frequentam as escolas. Como também a característica da sociedade materialista, com base no poder econômico e aquisitivo da população. O que sem dúvida reflete no cotidiano escolar, principalmente no processo de aprendizagem, resultando na indisciplina, evasão escolar e a falta de compromisso em aprender. Desta maneira o grande desafio para os professores hoje em dia é como motivar o aluno, e que ação pedagógica pode ajuda-lo a pensar e se tornar crítico de sua realidade por meio da filosofia.

É importante se lembrar que a educação tem por objetivo favorecer a apropriação do conhecimento de forma a dotar o aluno a criar objetivações do seu cotidiano. Isto faz com que o processo de aprendizagem esteja relacionado diretamente à formação de professores e os demais agentes envolvidos na prática educativa. Nesse aspecto, parece semelhante à situação da crise apontada por Vygotsky (1991, p.259-450), no que se refere à falta de uma concepção teórica geral que dê conta das questões comuns às áreas específicas de conhecimento, possibilitando perceber, ao mesmo tempo, a unidade e a diversidade dessas áreas.

Entende-se que a prática pedagógica passa por uma dicotomia entre a formação específica do professor e o processo de aprendizagem. De uma forma mais simplificada se pode dizer que a formação do professor está aquém do processo de ensino e aprendizagem, para ter sucesso é necessário que o professor tenha uma formação específica e um aperfeiçoamento de maneira contínua. Para que venha desenvolver uma prática pedagógica que esteja de encontro com as necessidades que o indivíduo apresenta e a sociedade também. A perspectiva histórico-social pode dar uma contribuição para essa tarefa, na medida em que possibilita compreender a aprendizagem do aluno como um processo ativo e constante. A formação do professor se toma a base da sua prática pedagógica e se situa como finalidade levar os alunos a dominar o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.

Destaca-se que para que haja apropriação do conhecimento por parte dos alunos e se tornarem autônomos e críticos, o professor precisa estar ele próprio se apropriando desse saber e se tornando cada vez mais autônomo e crítico.

A formação pode ser entendida como 'a ação ou o efeito de formar ou formar-se; maneira pela qual se constitui um caráter, mentalidade; disposição; constituição'. Esta definição sugere duas ideias: uma a de processo; outra a de constituição de conhecimento ou de competência. Portanto, formação diz respeito a um processo de desenvolvimento contínuo para a aquisição de conhecimentos, atitudes e competências gerais.

Segundo Imbernón (1994, p.13):

Em se tratando de formação profissional, formação inicial refere-se à aquisição de conhecimentos de base; e formação continuada ou permanente abrange a formação após a aquisição de base, com caráter de aperfeiçoamento ao longo de toda a vida profissional.

A formação é importante para que o professor desenvolva as competências necessárias para atuar na profissão. A ideia de competência parece, então, transbordar os limites dos saberes, ou seja, o professor deve possuir tanto conhecimentos quanto competências profissionais, que não se reduzem somente ao domínio dos conteúdos ensinados, mais sim capaz de desenvolver práticas pedagógicas que contribuam e facilitam a aprendizagem. Esta condição é essencial quando se fala na disciplina de filosofia, pois por meio dela que o pensamento lógico e crítico são estimulados e desenvolvidos. Facilita também dentro desta condição a compreensão, transformação, construção de novas concepções sobre o fundamento e o sentido da realidade em que está inserido.

Mas o que se pode falar sobre a competência do professor, para Perrenoud (2000, p. 15), competência designa a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar situações. Assim sendo, competência pode ser entendida como o 'saber fazer' derivado das relações entre o conhecimento que o sujeito detém, a experiência adquirida pela prática e a reflexão sobre a ação pedagógica. Ao desenvolvê-las, o professor precisa se inserir em um processo de formação específica que implica também a busca de informação para construção de novos conhecimentos. Nesse sentido, o professor deve atuar como um pesquisador garantindo o manejo da pesquisa como "princípio científico e educativo" (Demo, 2002, p. 2).

Dentro do parecer e fundamentado na citação do autor, o professor é um pesquisador nato, aquele que busca informações e constrói novas ações de ensino, por meio de pesquisa de novos métodos. Para Romanowski (2008, p. 130) isso

resulta na melhoria do ensino, não apenas a do profissional. Portanto, os programas de formação precisam incluir saberes específicos, científicos, críticos, didáticos, saber e fazer pedagógico. Assim, para que a educação seja eficaz e alcance os seus objetivos, é necessário dar ênfase ao papel dos professores como agentes de mudança, mediadores entre a informação e o conhecimento e também motivadores do processo de aprendizagem, e de todos os recursos que eles possam utilizar para facilitar a aprendizagem. A formação docente de modo geral, independente da disciplina que leciona tem se constituído um desafio constante para o avanço profissional e para o aprimoramento educacional. As principais barreiras que o professor encontra são a baixa remuneração que não possibilita investir em novos cursos de formação continuada e a falta de estímulos dos governantes no que se refere à construção de novos saberes e cursos.

É claro que a Constituição Federal auxiliou por meio de sua promulgação a construção de uma educação de qualidade e através da lei n.º 9394/96 da LDB apresentou avanços com relação à formação dos professores. No seu artigo 61 coloca que nos cursos de formação deverá haver “associação entre teorias e práticas”. Mas, é necessário constatar que, para a imensa maioria dos professores essa ainda não é ainda uma realidade.

Segundo Barros (2004, p.66):

Hoje, a formação dos professores ainda é desenvolvida com base em estudos e modelos fundamentados numa realidade idealizada que nunca se concretizou. Assim, se continuar esse mesmo modelo de formação, dentro de um contexto social de grande avanço científico e tecnológico e de transformações sociais daí decorrentes, o trabalho docente não será o mais adequado para formar as gerações atuais e futuras, pois a simples transmissão de saber pode ser feita melhor por um computador e Internet do que por um professor.

Dentro do que o autor citou se percebe que os cursos de formação estão longe de serem ideais, pois estão atrelados a conceitos antigos e distantes da realidade profissional que encontraram no seu cotidiano. E se permanecer sem alterações, logo será substituído pela tecnologia e a figura do professor substituída. Já parecer do CNE destaca outro ponto importante na formação do professor, a necessidade da ação investigativa no trabalho docente. Segundo este documento, “o professor como qualquer outro profissional lida com situações que não se repetem nem podem ser cristalizadas no tempo.” (2002, p. 35).

Também outro ponto a se destacar é que muitas situações que se aprende no ambiente de formação, não se repete na sua vida profissional e vice e versa onde a maioria das situações não é analisada em sua vida de acadêmica. Assim, mesmo que o professor tenha a sua formação é necessário que ele faça atualização quando a sua atuação de modo para que possa aprimorar a sua prática pedagógica.

Por essas razões, a pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho do professor refere-se, antes de tudo, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seu objeto de ensino. (CNE 2002 p. 35).

Então o professor, ao agir sobre a realidade, se apropria dos elementos naturais, transformando-os criando conhecimentos e habilidades que permitem reproduzir e produzir novos objetos. O professor tem o papel de mediador do processo de formação do aluno, a mediação tem a função de favorecer e propiciar a inter-relação entre sujeito que é o aluno e o objeto de seu conhecimento que neste caso a sua realidade.

Já na visão construtivista do ensino diz que esse processo é a construção de conhecimentos, aluno passa a ser um sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento intelectual, afetivo e social. A grande essência do ensino, seja ele de qual for à disciplina, é contribuir energeticamente para a construção e o desenvolvimento da autonomia do aluno. Os estudos de Piaget (1993) citam que o desenvolvimento do indivíduo é um processo gradativo, que se tornam pré-requisitos da construção do conceito da realidade, foco da filosofia e do processo de mudança estrutural na consciência histórica. Piaget (1993) cita que o aluno constrói seu conceito de espaço e consciência histórica. Para ele este conceito se inicia desde o nascimento e vai até a adolescência. Neste aspecto é de fundamental importância o ensino da filosofia, ou seja, sua realidade vivida e percebida. É com este pensamento que se acredita que a criança quando estimulada desde a infância desenvolve o seu lado crítico e capaz de enfrentar as dificuldades, não somente no aspecto educacional, como também no social e se torne um indivíduo crítico e participativo do processo de ensino e aprendizagem.

A recomendação de Vygotsky (1993, p. 93):

É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado certo nível para que a criança possa absorver um conceito

científico correlato (...) os seus conceitos devem se desenvolver a partir do esquema simples 'aqui e em outro lugar.

A colocação de Vygotsky tem a ver com a relação necessária entre cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de forma simples. Esse entendimento implica ter como dimensão do conhecimento filosófico, ou da realidade vivenciada cotidianamente na prática social dos alunos. Na teoria de VYGOTSKY (1993), é possível se perceber que não há uma dissociação com o desenvolvimento cognitivo, já que ambos formam um todo, que chama a atenção é a maneira prática que a indivíduo tem de pensar. Desse modo, se torna cada vez mais uma condição necessária, não pode se dizer única, para a preparação do profissional docente capaz de refletir criticamente sobre a sua prática, se tornando um intelectual crítico transformador.

Cita-se Pimenta (2005, p. 24):

O saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectiva de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais.

O profissional da educação precisa estar preparado para trabalhar na diversidade, isso não significa organizar currículo ou experiências para trabalhar. Mas, entender e refletir sobre as necessidades que o grupo e aplicar sua prática pedagógica conforme o contexto em que estes se encontram. A sua formação é essencial para conseguir dar mais atenção às aptidões contextualizadas e à construção dos significados do conhecimento, estar de posse de prática ou procedimentos metodológicos que venham atender às necessidades de cada grupo. Nessa direção, o professor precisa se transformar em pesquisador de sua prática e não somente transmissor de conhecimento. Dessa forma, a busca pela formação continuada deve ser consolidada pela investigação e reflexão na prática e sobre a prática.

Dentro destes parâmetros expostos, ao se falar do professor, em particular o da disciplina de filosofia é necessário que ele tenha o domínio do conhecimento filosófico, não só o conhecimento teórico, mas o prático e relaciona-los para desenvolver a prática de aprendizagem específica. De modo, o que se observa que

mesmo a filosofia passando ser obrigatória no ensino médio, nada adianta se os professores que lecionam estão despreparados ou não tem a formação específica.

Zuben (1992, p. 8) refere-se da seguinte maneira:

O ensino de filosofia distingue-se de qualquer outro tipo de ensino, pois é um ensino filosófico. Exige da parte do professor a consciência da atitude filosófica. Em vez de conteúdos expressos em doutrinas, teorias e sistemas consignados nas Histórias da Filosofia, o “objeto” da incitabilidade e da apropriação é uma atitude.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução do CNE/CES 492/2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia regulam que a disciplina de filosofia deve ser trabalhada com professores com competência e habilidade específica da graduação. Goodson (1995, p. 20) afirma que:

A formação dos professores de Filosofia interfere diretamente em na compreensão da natureza do conhecimento filosófico e, conseqüentemente, em sua prática de ensino. No processo de formação, o professor assimila uma série de concepções e valores acadêmicos, incorporando-os à sua prática pedagógica.

Portanto, por uma educação de qualidade e também para que o aluno se torne um indivíduo ativo e crítico da sua realidade, o professor por meio de sua ação pedagógica conquistada durante a sua formação será uma peça chave na construção e reconstrução do pensamento filosófico. Rodrigo (1987; p. 92) reforça este pensamento da seguinte maneira:

Talvez, mais importante do que o conteúdo em si seja a postura que orientará a prática pedagógica do professor de Filosofia no dia-a-dia da sala de aula... Trata-se de uma ruptura com as concepções cristalizadas do senso comum, mostrando que a Filosofia começa com a problematização daquilo que parece óbvio no mundo cotidiano. Mais do que ensinar um conteúdo, é preciso instaurar uma postura filosófica que comece por duvidar que a realidade seja um dado. Em suma, o que se propõe é um trabalho docente calcado numa concepção que enfatiza a Filosofia como reflexão, descartando-se a erudição filosófica como um fim em si mesmo.

Ressalva-se que não é intenção menosprezar nenhum profissional da educação, mas como a disciplina de filosofia apresenta uma especificidade característica, que a diferencia das demais disciplinas, se acredita que o professor com formação específica em filosofia, apresenta uma postura filosófica. Leva o aluno a desenvolver o raciocínio filosófico e a entender a sua realidade com uma visão mais abrangente da realidade que rodeia, por meio da análise de fenômenos que ocorrem na sociedade, o professor passa a ser uma chave muito importante na construção da cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo alguns pontos relevantes devem ser observados. Antes de se enfatizar especificadamente sobre o ensino de filosofia, tema central desse estudo, não se pode deixar de citar alguns pontos sobre a educação no Brasil.

Com o descobrimento do Brasil em 1.500 e a chegada dos jesuítas, se tem a primeira referência sobre a educação no território brasileiro. Torna-se óbvio que a intenção dos religiosos era catequizá-los e principalmente mantê-los em cativeiro nas missões, de modo a submissos a coroa portuguesa. Pode-se dizer que durante os duzentos anos que os jesuítas permaneceram nas terras brasileiras, esse é o ponto negativo da sua permanência aqui no Brasil. Mas o legado mais importante que deixaram por aqui são as primeiras metodologias de ensino, que por muitos anos a seguir foram utilizadas como forma de aprendizagem.

Também sobre a educação no Brasil no transcorrer dos anos, elas passaram por uma série de transformações, na qual se nota que está sempre correlacionada a um momento histórico. E foi assim que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o sistema educacional brasileiro passou por uma grande mudança. A educação passa a ser um direito de todo o cidadão e um dever do Estado em oferecer condições para uma educação de qualidade.

Pois bem, é nesse momento que se observa que a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Filosofia, foco central deste estudo, na grade curricular do ensino médio traz algumas divergências quando sua forma de ensinar e seus objetivos. Entenda-se que quando se fala em educação se está falando em um conjunto de ações que levam o ser humano a vivenciar situações ao longo de sua vida de forma a correlacionar conhecimento com as ações. No caso da disciplina de filosofia, ela vem exatamente enriquecer o sistema educacional, pois atuar significativamente no desenvolvimento cognitivo do ser humano, que resulta na ampliação das possibilidades de compreensão de fatos e ações, e o leva a expressar o seu sentimento, sua forma de pensar e de como agir frente à sociedade.

Abre-se um parêntese para se esclarecer que a filosofia não tem a função ou intenção de julgar os acontecimentos, se está certo ou errado, mas sim busca compreender a ação resultante, não com uma visão fragmentada e sim na sua totalidade.

O pensamento filosófico é voltado para o crítico e o racional, isso parece um processo complexo, mas na verdade o objetivo é simplificar por meio de respostas simples. Também se percebeu que a filosofia dentro do que foi citado até aqui apresenta uma especificidade que a diferencia das demais disciplinas da grade curricular, pois ela não apresenta uma grade de conteúdos que deve ser seguida no transcorrer do ano letivo e ao final tem sua aprovação por rendimento escolar.

É dentro desta complexidade que ao se pensar no ambiente escolar, se torna ainda mais difícil para o professor trabalhar com a disciplina, pois nesse ambiente ela já encontra muitos alunos desmotivados, indisciplinados e o número acentuado de evasão escolar que somados a dificuldade de trabalhar o pensamento filosófico complicam sua prática pedagógica.

Outro fator que se soma a esse quadro é a diversidade cultural que cada turma apresenta que é manifestada em sua forma de agir, falar e se manifestar. Não se pode deixar de perceber que os alunos por falta de compreensão sobre os objetivos de filosofar, não compreendem a função e a importância do pensamento filosófico na conquista da sua cidadania. Entenda-se que cidadania são a qualidade e condição de cidadão que uma pessoa tem como membro de Estado de manifestar-se e participar da vida política da sociedade em que está inserida.

Pois bem, devido a esses fatores como o professor pode desenvolver uma prática pedagógica que venha facilitar esse entendimento por parte do aluno, fora entender sua situação cultural. Primeiramente é necessário que o professor tenha a formação específica em filosofia, por que ele conseguirá induzir o aluno através de uma prática pedagógica a desenvolver o pensamento filosófico, o que se torna quase que impossível no caso de não ter o conhecimento filosófico. O desenvolvimento do pensamento filosófico contribui na conquista da cidadania e com a atitude filosófica o aluno refletirá sobre o mundo, libertando de determinados conceitos e criando novos e promovendo sua emancipação.

Mas, para que isso se torne realidade através de uma educação transformadora, a escola deve oferecer propostas pedagógicas que respeitem a individualidade, pois cada um tem uma forma de aprender e compreender o conteúdo, fatores que estão diretamente correlacionados com a inserção social e cultural de cada indivíduo.

Pois bem, dentro desta especificidade da disciplina de filosofia se pode dizer que se torna essencial sua inserção na grade curricular no ensino médio, onde os

jovens, mesmo com toda a dificuldade encontrada precisam desenvolver seu pensamento filosófico. Com isso resultará na compreensão de sua função dentro da sociedade, bem como sua participação crítica frente a sua realidade. Ao professor, ele deve buscar constantemente sua formação de forma continuada, pois como já falado a educação vem constantemente sofrendo mudanças e ele precisa estar atualizado desta transformação de modo a desenvolver uma prática pedagógica que leve a uma educação transformadora e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Mirtes. **O Papel do Diretor na Administração Escolar**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

BARROS, Kárita. **As Intencionalidades e os Desdobramentos do CAPP no Trabalho dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

BRANGATTI, Paulo R. Q.. **O ensino de filosofia no segundo grau: uma necessidade de leitura do cotidiano**. Piracicaba: Unimep. 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 09/2001. **Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso: 25 de novembro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Subsecretariade Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares Nacionais**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CARTOLANO, M. P. **Filosofia no ensino de 2º Grau**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

CUNHA, J. Auri. **A Filosofia: iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, 1992.

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 24 ed., Rio de Janeiro: 1979.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GALLO, Silvio. **A educação integral numa perspectiva anarquista**. In: COELHO, Lígia M. C. da Costa; CAVALIERE, Ana Maria V. (org.). Educação brasileira e (m) tempo integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GALLO, S. A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GALLO, Sílvio. **A especificidade do ensino de filosofia em torno dos conceitos.** Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

GALLO, Sílvio. & KOHAN, Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no ensino médio. Petrópolis: Editoras Vozes, 2000.

GASPARELLO, Arlete M. **A questão do ensino da Filosofia no 2º grau.** Niterói: UFF, 1986.

GONTIJO, Pedro. VALADÃO, Erasmo B. **Ensino de filosofia no ensino médio.** Campinas: Cedes, 2004.

GOODSON, I. **Currículo Teoria e Prática.** Petrópolis: Vozes, 2001.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola.** São Paulo: Papirus, 1994.

IMBERNÓN, Francisco. **La formación del profesorado.** Buenos Aires: Paidós, 1994.

MARNOTO, Isabel. **Didática da filosofia.** Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar: convite à viagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, J. **A representação do espaço na criança.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido; **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um processo.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGO, Lidia Maria. **Da ausência à presença da Filosofia: o desafio da iniciação à reflexão filosófica.** In: Educação & Filosofia. Uberlândia/MG. Vol. 1, janeiro/junho de 1987, nº 2.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente,** Curitiba: IBPEX, 2008.

ROCHA, Umberto. **Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno.** In: NIKITIUK, S. M. L. (Org.). Repensando o ensino de história. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.

ZUBEN, Newton Von. A. **Filosofia e Educação: atitude filosófica e a questão da apropriação do filosofar.** In: Proposições. Vol. 3, nº 2(8), julho de 1992.